

As miudezas que atrapalham

Rogério Coelho Neto

Os governadores de estado, como nova força política emergente dentro da Nova República, acabaram de dar mais uma demonstração de influência junto ao Palácio do Planalto, no tocante às mudanças do critério de compensação de cheques que a área econômica pretendia promover. Através de telefonemas ao presidente José Sarney, o paranaense Álvaro Dias, o fluminense Wellington Moreira Franco, o gaúcho Pedro Simon e o mineiro Newton Cardoso, entre outros, convenceram-no de que as mudanças, previstas para entrar em vigor no primeiro dia de setembro, iam desgastá-lo junto aos mais diferentes segmentos da sociedade.

Essa ação dos governadores foi oportuna porque a compensação de cheques inferiores a Cz\$6 mil no prazo de 72h atingiria, como bomba de efeito retardado, o comércio em geral, os postos de gasolina e a pequena e média indústria, atingindo, sobremaneira, neste último ramo, as fábricas de confecções. O episódio, em si, pode até servir de lição. Mostra que o presidente Sarney, daqui para a frente, terá de manter bastante cuidado com o excesso de miçangas e paetês que os costureiros da área econômica costumam usar nas fantasias brasileiras.

Não custa nada lembrar que o empresário Dilson Funaro, por exemplo, de quem falam maravilhas como fabricante de brinquedos, abusou dos enfeites e as suas fantasias deram, por isso mesmo, no que deram. Até hoje o presidente da República paga o preço elevado da impopularidade que estava embutida no Cruzado II, um plano que pretendia ser complementar ao Cruzado I. O Cruzado II, todos recordam, acabou vergado dias depois de sua edição pelo peso excessivo dos penduricalhos que se obrigava a arrastar, disfarçados em empréstimos compulsórios.

Funaro matou, na verdade, com o monstro que produziu — digno de qualquer baile de horror — o sonho da posse de um fusquinha que sempre acompanhou a chamada classe média baixa (se é que ela ainda existe), ao gravar o custo final da gasolina, nos postos de venda, com o compulsório que persiste até hoje.

Enumerar as miçangas e os paetês desnecessários das roupas que saíram da oficina confiada a Funaro durante um ano e pouco torna-se enfadonho. O compulsório basta por si, desde que atingiu com uma única tacada passagens aéreas, carro novo ou de até três anos de uso, combustíveis e o dólar para viagem. Mas seria injustiça negar obras de arrojo aos costureiros que o ex-ministro da Fazenda recrutou. Em pelo menos uma, eles deixaram traços marcantes e indelével: a da mistificação de índices, seja para apresentar taxas irreais de inflação ou para fazer a nação acreditar — pela necessidade de justificar a importação criminosa do

leite em pó que os consumidores da Holanda se recusavam a comprar depois do acidente da usina nuclear de Chernobyl — que um pouquinho a mais de radioatividade nos alimentos não faz nenhum mal.

Mas os tempos agora são outros. A oficina de Funaro foi reprovada, como se sabe, em todos os desfiles econômicos que promoveu ou dos quais participou na condição de convidada. Dos novos donos espera-se o bom senso das obras mais simples. Peças originais e criativas que dispensem, como norma geral, o uso abusivo de miçangas e paetês, que faziam a festa durante o mandarinato dos proprietários anteriores.

A amostra da mudança do critério da compensação de cheques não foi boa. É que se não fosse a vigilância atenta dos governadores e ela fosse levada adiante, o presidente da República sofreria uma espécie de repúdio nacional. A idéia, de uma marotice escandalosa, permitiria aos bancos girar durante 72h, sem nenhum ônus, um imenso capital. É que o cheque que você viesse a depositar hoje só entraria na sua conta três dias depois. O dinheiro sairia, porém, no mesmo dia, da conta do emitente. Os depósitos feitos nas sextas-feiras demorariam um pouco mais: contando o sábado e o domingo ficariam indisponíveis durante cinco dias.

Ora, o que a nação aguarda do governo do PMDB — levando-se em conta que o PFL, o outro elo da Aliança Democrática, pouco influi nos negócios do poder — é a reforma bancária, mesmo pequena, sem a amplitude desejada pela nação. O partido do deputado Ulysses Guimarães só oferece, no entanto, a um país anestesiado por tantos vícios de origem, penduricalhos como esse. Miudezas que parecem querer expor o presidente José Sarney, deliberadamente, à ira popular, o que, convenhamos, não é bom para ninguém. O projeto de transição que obriga a nação, no seu todo, a apostar todas as fichas no êxito do Plano Bresser, não pode, de maneira nenhuma, continuar à mercê de pequenos golpes. Mal comparando, de esbarrões no próximo que consagram o cotidiano dos *trombadinhas* da Avenida Paulista.

As sutilezas que marcam o Brasil dos economistas, modelado em 64 pelo autoritarismo e seguido à risca pela Nova República do PMDB, é que fazem a diferença realmente entre o país de agora e o dos anos 50, na visão de um homem que sabe tudo de política, como o ex-senador Amaral Peixoto. Pois bem, comparando homens e épocas, o fundador e presidente do PSD — o principal sustentáculo do pluripartidarismo democrático nascido da Carta liberal de 1946 que o marechal Castello Branco assassinou a golpes de AI-2 —, explica, de maneira paciente, que nos anos 50, mesmo as decisões econômicas eram capitaneadas pelos políticos. O que parece indicar que o Brasil sem economistas, que acabam se travestindo de tecnocratas, era bem melhor.